



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2.495

PROCESSO SMA

Nº 13.653/2001

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 257/17/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 762 de 17/09/2004, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: RODOVIA MARECHAL RONDON KM 112, MARGINAL OESTE

BAIRRO: JARDIM OLIVEIRA

CEP: 13.312-000

MUNICÍPIO: ITU

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON SP- 300

LOGRADOURO: RODOVIA MARECHAL RONDON SP- 300

MUNICÍPIO: TIETE

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

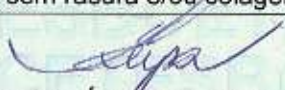
DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA MARECHAL RONDON – SP-300, SEGMENTO ENTRE O KM 155+345 E O KM 157+400, COM APROXIMADAMENTE 2,05 KM DE EXTENSÃO E UM DISPOSITIVO NA ALTURA DO KM 157.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 14/ 07/ 2017


EDUARDO LUÍS SERPA (Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental, em exercício)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 1/2

PROCESSO SMA
Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.495

Para a continuidade do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá apresentar, para análise e manifestação, o atendimento às seguintes exigências:

Antes do início das obras

1. Apresentar sobre ortofoto ou imagem de satélite (escala 1:10.000) a localização e o projeto do canteiro de obras, incluindo o seu "layout", com indicação das instalações previstas e informações sobre as usinas contratadas para a execução dos serviços, as quais devem estar devidamente licenciadas.
2. Apresentar o atendimento ao Parecer Técnico nº 034/CEEQ/2017.

Durante a implantação do empreendimento

3. Apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras – PGA e respectivos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, contemplando o avanço das obras, os mecanismos de gestão adotados, os registros das não conformidades constatadas, as medidas corretivas adotadas e as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs dos envolvidos. Comprovar, em especial, a efetividade das medidas adotadas para evitar o assoreamento do curso d'água, apresentando os resultados dos monitoramentos de assoreamento e turbidez realizados a jusante, as informações relativas à destinação final dos efluentes gerados, o controle da supressão da vegetação, ocorrências e afugentamento da fauna e as ações de comunicação com os proprietários afetados pelas desapropriações.
4. Incluir, nos relatórios trimestrais de acompanhamento do PGA, um Subprograma de Desapropriações que contenha: ações adotadas no período para a condução das desapropriações; previsão de obras no local; comunicação com os proprietários; e tabela atualizada com a identificação de cada área e a situação da desapropriação (acordo, autorização, imissão na posse).
5. Apresentar, no âmbito dos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental das obras – PGA, relatório fotográfico datado comprovando a implantação do sistema de drenagem provisória ao longo das obras, especialmente junto ao corpo d'água Afluentes do Ribeirão da Serra e em locais com grande movimentação de terra. Contemplar as medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos de retenção de sedimentos. Deverão constar também os registros fotográficos do corpo d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas.
6. Realizar, previamente à utilização, o cadastramento de áreas de apoio localizadas fora da faixa de domínio, no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, em atendimento à Resolução SMA 30/00.

Por ocasião da solicitação de LO

7. Apresentar relatório conclusivo do Programa de Gestão Ambiental das obras – PGA e respectivos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Em especial deverá ser comprovada a implantação de sistema de drenagem definitivo que evite impactos do escoamento das águas superficiais nos terrenos e corpos d'água do entorno, a desativação dos canteiros de obra e demais áreas de apoio utilizadas e a completa recuperação de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, além da destinação adequada dos resíduos e efluentes, incluindo o volume total gerado durante a implantação do empreendimento.
8. Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento contemplando ações e monitoramentos relativos à eficiência das estruturas de drenagem implantadas no controle de impactos aos corpos d'água e terrenos lindeiros; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos e incêndios gerados na faixa de domínio; comunicação social;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



UNIRULEN 10/30 IU



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 2/2

PROCESSO SMA
Nº 13.653/2001

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2.495

situação da vegetação na faixa de domínio e dos plantios compensatórios realizados; combate ao abandono de animais domésticos na rodovia e áreas lindeiras, etc.

9. *Apresentar a situação de atendimento ao cronograma firmado no Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 37802/2017.*

10. *Incluir no Programa de Gestão Ambiental da Operação, um Programa de Monitoramento e Controle de Atropelamento de Fauna, incluindo as diretrizes descritas no item 4.14 do Parecer Técnico nº 257/17/IE.*

11. *Incluir, no Programa de Gestão Ambiental da Operação, ações de Educação Ambiental visando o combate ao abandono de animais domésticos na rodovia ou áreas lindeiras, além da conscientização dos proprietários rurais do entorno quanto aos riscos de animais soltos próximo à rodovia. Deverão ser previstas campanhas periódicas e palestras que alertem a população tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.*

12. *Apresentar um Plano de Ação de Emergência – PAE e Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR nos moldes da Decisão de Diretoria nº 70/2016/C de 12/04/16, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14/04/16.*

13. *Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, relatório contábil comprovando o montante efetivamente despendido na implantação, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, caso necessário, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.*

Durante a operação do empreendimento

14. *Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental de Operação do empreendimento, contemplando os resultados das ações e monitoramentos realizados no período.*

15. *Apresentar no 1º relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental de Operação, os resultados da 2ª campanha de medição de níveis de ruído nos mesmos pontos medidos na Ficha de Avaliação de Níveis de Ruído em Rodovias nº 022/2016/IPAR, conforme a "Regulamentação de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes localizados no Estado de São Paulo", aprovado pela Decisão de Diretoria nº 389/2010/P da CETESB.*

16. *Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Controle de Atropelamento de Fauna, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental de Operação, incluindo uma análise comparativa (tanto para animais silvestres quanto domésticos) e uma análise crítica dos dados obtidos (pontos críticos, etc), propondo a adoção de medidas de controle quando necessárias.*

XX
XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

CONTROLE Nº 10/3011